|  |
| --- |
| **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2022**  **PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022**  CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA AO SETOR DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO. |

# 1. PREÂMBULO:

**1.1.** O **MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS/RS**, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n° 2.433/2008 e alterações posteriores, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, torna público o presente edital aos que virem ou dele tomarem conhecimento que se encontra aberta a licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo “Menor preço por item”, conforme descrições previstas neste edital, nos seguintes termos:

**a)** Data limite para realização do credenciamento: até às 09h00min00s do dia 24 de fevereiro de 2022.

**b)** Data limite para entrega dos envelopes de “proposta” e de “documentos de habilitação” no Setor de Licitações do Município: até às 09h00min00s do dia 24 de fevereiro de 2022.

**c)** Data de início da sessão pública para julgamento da presente licitação na sala de reuniões do Município: a partir das 09h00min01s do dia 24 de fevereiro de 2022.

**1.2.** As datas e horários constantes no subitem “1.1.” devem ser levados em conta o horário oficial de Brasília/DF, neste sentido, a Comissão Julgadora de Licitações deverá utilizar como parâmetro o *site* <<http://www.horariodebrasilia.org/>>.

# 2. DO OBJETO LICITADO:

**2.1.** A presente licitação objetiva a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria ao setor de imprensa e comunicação do município, conforme especificações e estipulações constantes no termo de referência, anexo VIII.

**2.2.** A licitante deverá possuir, em seu quadro societário ou em seu quadro de funcionários, no mínimo 1 (um) profissional com formação em relações públicas e 1 (um) profissional com formação em jornalismo, ambos com registro ativo nos respectivos conselhos profissionais.

**2.3.** A licitante vencedora deverá disponibilizar pessoal, equipamento e transporte de acordo com a necessidade da Administração Municipal, em dias úteis, finais de semana, nos dias de eventos oficiais do Município até o encerramento das atividades para a coleta do material informativo, sempre de acordo com a solicitação da Administração Municipal.

**2.4.** Os participantes deverão cumprir as seguintes obrigações:

**2.4.1.** Cabe a licitante vencedora apresentar profissional substituto no caso de eventual impossibilidade do designado se fazer presente nas datas e horários solicitados pelo Município, independentemente do motivo, para que os eventos não fiquem sem cobertura.

**2.4.2.** As despesas com alimentação, estadia, transporte e qualquer outra despesa necessária para execução do objeto correm por conta da Contratada.

**2.4.3.** Caso o profissional indicado pelo licitante vencedor se mostre insatisfatório ou haja incompatibilidade que permita o prosseguimento da prestação do serviço, caberá ao licitante vencedor apresentar substituto que atenda as exigências desta contratação.

**2.5.** A licitante deverá ter disponibilidade de uma unidade móvel para o cumprimento das capturas de imagens e reportagens externas à estrutura da Administração Municipal, devendo estar pronta para prestar o serviço, dentro ou fora do perímetro urbano, sem limite de quilometragem e sempre que for solicitado.

**2.6.** Toda a criação realizada para a execução do objeto desta licitação passará a pertencer ao Município de Ibiraiaras, não tendo a contratada ou o prestador de serviço qualquer direito autoral.

**2.6.1**. A reprodução do trabalho criado fica ao exclusivo critério do Município de Ibiraiaras.

# 3. DO CREDENCIAMENTO:

**3.1.** A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada fora dos envelopes.

**3.2.** A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que, devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

**3.3.** O credenciamento será feito, na data e no horário fixados no preâmbulo deste edital, devendo ser observadas pelo licitante as seguintes condições e exigências:

**a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário ou sócio, deverá apresentar:**

**I –** Cópia de documento de identidade e CPF do representante legal;

**II –** Cópia do respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais; ou,

**III –** Certificado da condição de microempreendedor individual, no caso de microempreendedores individuais; ou,

**IV –** Documento de eleição de seus administradores, **em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações**; ou,

**V –** Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, **em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País**; ou,

**VI –** Registro comercial, **no caso de empresa individual**.

**VII –** O proponente deverá firmar declaração de que cumpre todos os requisitos de habilitação, ou seja, que o envelope identificado como o de nº 02, contém todas as exigências editalícias que comprovam a regularidade jurídica e fiscal, bem como a capacitação técnica e econômica da empresa conforme modelo constante no **anexo II**.

**VIII –** Declaração de que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos no artigo 9 da Lei Federal n.º 8.666/1993 para participar do presente processo licitatório, conforme modelo constante no **anexo II**.

**IX -** As empresas participantes que pretendem utilizar os benefícios previstos na L.C. 132/2006, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por seu **representante legal, ou contador, ou outro documento idôneo,** de que a empresa cumpre, sob as penas da lei, os requisitos legais para a qualificação como *microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual*, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [art. 42](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm#art42) ao 49 da Lei Complementar n~~º~~ 123, de 2006 conforme modelo constante no **anexo IV** do presente edital, sendo de responsabilidade da empresa solicitar seu desenquadramento quando houver ultrapassado os limites de faturamento no ano do calendário anterior, sob pena de ser declarado inidôneo, sem prejuízo de outras penalidades, caso usufrua (ou tente usufruir) indevidamente os benefícios.

**b) se representada por procurador, deverá apresentar todos os documentos constantes na alínea “a” do item “3.3.”, e também o que segue:**

**I –** Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que constem os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado, com seus dados pessoais (CPF, RG e endereço residencial completo) e a indicação de amplos poderes para dar lance (s) em licitação pública; ou,

**II –** Termo de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, com todos os dados pessoais do representante credenciado (CPF, RG e endereço residencial completo), com firma reconhecida, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame conforme **anexo III**.

**3.4.** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

**3.6.** O uso de telefone celular durante a sessão de lances só poderá ser usado com a permissão do pregoeiro.

# 4. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

**4.1.** Os envelopes de “Proposta de preços” e “Documentos de Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados no preâmbulo deste edital, devendo conter as seguintes informações na parte externa e frontal:

|  |
| --- |
| **MUNICÍPIO DE IBIRAIAIRAS/RS**  **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2022**  **PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022**  **ENVELOPE Nº 1 – PROPOSTA COMERCIAL**  **PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL – CNPJ)** |

|  |
| --- |
| **MUNICÍPIO DE IBIRAIAIRAS/RS**  **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2022**  **PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022**  **ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  **PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL – CNPJ)** |

**4.2.** O Município não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação” que não sejam entregues ao pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste edital.

# 5. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE N. º 01:

**5.1.** As propostas comerciais deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas rubricadas, e a última assinada pelo representante legal, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, observado o modelo constante do **anexo V**, deste edital, e deverão constar:

**a)**  Razão social, número do CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail da empresa proponente;

**b)**  Nome completo do representante legal, RG, CPF, endereço completo, telefone e e-mail;

**c)** Prazo de validade da proposta não inferior a 60 dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;

**d)** Valor unitário e total para a execução dos serviços, expresso em moeda corrente nacional, onde deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, obrigações trabalhistas e previdenciárias, as relacionadas com a medicina e segurança do trabalho, uniformes, transporte, etc;

**e)** Planilha de composição de custos referente ao valor por hora cotado na proposta, descriminando todos os custos e lucro, conforme modelo constante nos **anexo V**.

**5.2.** Caso o licitante possua conta corrente em banco, informar na proposta o Banco, número da Agência e o número da Conta Corrente.

**5.3.** A proposta deverá ser apresentada com preço expresso em moeda corrente nacional, sendo aceito somente o uso de até dois algarismos após a vírgula.

# 6. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02:

Os documentos apresentados na fase de habilitação deverão ser autenticados (via cartório ou autenticação eletrônica, nos casos em que couber) ou apresentados em seus originais, para conferência do pregoeiro, estando os mesmos com o prazo de validade em vigor, na data desta licitação. Nos casos em que forem apresentadas certidões emitidas pela *internet,* o pregoeiro poderá efetuar consulta nos *sites* oficiais para verificar a sua autenticidade. No envelope n.º 02 deverá conter obrigatoriamente os documentos descritos nos subitens abaixo, sob pena de inabilitação:

**6.1. DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE N.º 02**

**6.1.1. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**a)** Prova de regularidade com a Fazenda Federal (a certidão de regularidade com a Fazenda Federal deverá ser emitida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), e deve abranger inclusive as contribuições sociais previstas na lei 8.212, de 24.7.1991;

**b)** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

**c)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;

**d)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

**e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**6.1.2. DAS DECLARAÇÕES:**

**a)** Declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública conforme modelo constante no **anexo VI**; e,

**b)** Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n. º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, conforme modelo constante no **anexo VI**.

**6.1.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**a)** Comprovação, de no mínimo um profissional, de formação universitária oficial em **relações públicas,** responsável pela prestação dos serviços através de diploma devidamente registrado (original ou fotocópia autenticada ou autenticação de servidor público deste município);

**b)** Comprovação de regularidade do profissional responsável pela prestação dos serviços, junto ao Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas (original ou fotocópia autenticada ou autenticação de servidor público deste município);

**c)** Comprovação de vínculo do profissional com a empresa contratada (original ou fotocópia autenticada) mediante contrato social, ou registro na carteira profissional, ou ficha de empregado ou contrato de trabalho ou autenticação de servidor público deste município;

**d)** Comprovação, de no mínimo um profissional, de formação universitária oficial em **jornalismo,** responsável pela prestação dos serviços através de diploma devidamente registrado (original ou fotocópia autenticada ou autenticação de servidor público deste município);

**e)** Comprovação de regularidade do profissional responsável pela prestação dos serviços, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (original ou fotocópia autenticada ou autenticação de servidor público deste município);

**f)** Comprovação de vínculo do profissional com a empresa contratada (original ou fotocópia autenticada) mediante contrato social, ou registro na carteira profissional, ou ficha de empregado ou contrato de trabalho ou autenticação de servidor público deste município;

**g)** Comprovação de Capacidade Técnica, através da apresentação de, no mínimo, 2 (dois) atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público, pelos quais o(s) profissional(is) vinculado(s) a empresa licitante tenha(m) executado serviço de características semelhantes ao objeto da licitação.

**6.1.4.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte que possuir restrições em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item *“6.1”*, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **cinco dias úteis**, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

**6.1.4.1.** O benefício de que trata o item *“6.1.4.”* não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

# 7. DA SESSÃO PÚBLICA:

**7.1.** Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o pregoeiro declarará aberta a sessão do pregão, oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes, dando início à abertura dos envelopes contendo a proposta comercial e os documentos de habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

**7.2. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:**

**7.2.1.** Abertos os envelopes de propostas comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

**7.2.2.** O pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço por item e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

**7.2.3.** Se não houver, no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

**7.3. DOS LANCES VERBAIS:**

**7.3.1.** Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

**7.3.2.** Fica a encargo do pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão.

**7.3.3.** Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio em ato público, para definir a ordem de apresentação dos lances.

**7.3.4.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

**7.4. DO JULGAMENTO:**

**7.4.1.** O critério de julgamento será o de “*menor preço por item”*.

**7.4.2.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**7.4.2.1.** Serão desclassificadas as propostas:

**a)** Que não atendam às exigências do ato convocatório desta licitação.

**b)** Com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

**7.4.2.2.** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

**7.4.2.3.** Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

**7.4.3.** Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

**7.4.4.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

**7.4.5.** Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.

**7.4.6.** Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.

**7.5.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro, equipe de apoio, e pelos licitantes.

**7.6.** Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, os documentos de habilitação, das empresas licitantes ficarão anexos ao processo até a entrega total do objeto, pela empresa vencedora. Após, o pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes inviolados**.**

# 8. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

**8.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**8.2.** O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde de logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**8.3.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso.

**8.4.** Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

**8.5.** O acolhimento de recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

# 9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO:

**9.1.** Inexistindo manifestação recursal, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela autoridade competente.

**9.2.** Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

# 10. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO:

**10.1.** Encerrada a fase de julgamento, e homologada pelo prefeito municipal, a administração convocará os vencedores para assinar o contrato, conforme modelo constante no **anexo I**, no prazo de 02 dias úteis contados da data do recebimento da intimação podendo ser realizada por correio eletrônico, ou pelo correio ou outro meio idôneo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais sanções legais previstas no art. 81 da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

**10.2.** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante no item 10.1.

**10.3.** O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado a critério da Administração e com a anuência da contratada, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei n° 8.666/93.

**10.4.** Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser requerido pela contratada acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio contratual.

**10.5.** Caso o presente contrato seja prorrogado, de forma que sua vigência ultrapasse a 12 meses, o valor proposto será reajustado pelo IPCA-E/IBGE ou IGP-M/FGV, o índice que estiver menor no acumulado deste mesmo período.

**10.6.** Do contrato a ser assinado com o vencedor da presente licitação, constarão as cláusulas necessárias previstas no art. 55 e as possibilidades de rescisão do contrato, na forma determinada no art. 77 a 79 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**10.7.** O Município poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, parágrafo 1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

**10.8.** Quando houver substituição do profissional, as empresas contratadas deverão apresentar previamente todos os documentos de qualificação técnica exigidos neste edital e demonstrar o vínculo de emprego, caso o profissional não seja integrante do quadro social.

# 11. DO PAGAMENTO:

**11.1.** O pagamento será efetuado de forma mensal, pelos valores constantes na nota fiscal de prestação de serviços, apresentadas até o último dia do mês de competência, e o pagamento deverá ser efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, respeitando sempre os valores contratados.

**11.2.**  Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário na conta da licitante vencedora.

**11.3.** Nenhum pagamento isentará o licitante vencedor das responsabilidades assumidas, quaisquer que sejam, nem implicará na aceitação definitiva do objeto do presente instrumento.

**11.4.** Os licitantes vencedores deverão realizar relatório mensal, conforme modelo constante no **anexo VII**, sendo que tais relatórios deverão acompanhar as notas fiscais.

**11.5**. Caso a Contratada designe empregado para executar os serviços contratados, os pagamentos somente serão realizados após a comprovação do recolhimento das contribuições sociais devidas e dos direitos dos funcionários, iniciando-se esta conferência a partir do segundo mês da prestação dos serviços, com conferência do período anterior.

# 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

**12.1.** Apenas poderão ser aplicadas as sanções administrativas no caso de inadimplemento contratual ou inadimplemento da ordem de compra/nota de empenho:

**a)** A CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 20% (vinte por cento), sobre o valor total adjudicado no caso de **apresentação de documento ou declaração falsa** para fins de habilitação no presente processo licitatório. No presente caso, a contratação será rescindida e será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo de 03 (três) anos.

**b)** Advertência – Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

**c)** A recusa pelo fornecedor em atender ao objeto adjudicado e **se recusar a assinar o contrato administrativo** acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, e suspensão temporária de participação em licitação e até o impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

**d)** O não cumprimento dentro do prazo fixado pelo município nos casos em que deva refazer os serviços devidoa **vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, e em caso de atraso** dos serviços contratados, a CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total da parcela em atraso ou do que está incorreto.

**e)** A **inexecução do contrato administrativo** acarretará na rescisão do contrato e multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor inadimplido do Contrato Administrativo, e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos, neste último caso a depender da gravidade da conduta.

**12.2.** Na aplicação das penalidades previstas no edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei n.º 8.666/93.

**12.3.** As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

**12.4.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**12.5.** Após o andamento do devido procedimento administrativo para aplicação de penalidades, poderá haver compensação de valores, realizando o desconto das multas aplicadas no pagamento pendente da empresa penalizada.

**12.6.** Nos termos do artigo 7º da Lei Federal n° 10.520/2002, o licitante, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e pelo prazo de 03 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

**12.7.** A multa aplicada será descontada do valor que a CONTRATADA faça jus.

# 13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

**13.1.** As despesas decorrentes da presente licitação serão cobertas por conta da seguinte dotação orçamentária:

|  |  |
| --- | --- |
| Órgão: | 03 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. |
| Unid. Orçamentária: | 03.01 – Secretaria geral. |
| Projeto/Atividade: | 2.003 – Manutenção da secretaria de administração e planejamento. |
| Rubrica: | 3.3.90.39.05.00.00 Serviços técnicos profissionais |
| Fonte: | 1 – Recurso livre |
| Despesa: | 569 |

# 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

**14.1.** Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

**14.2.** Será dada vista aos proponentes interessados tanto das propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.

**14.3.** A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

**14.4.** É vedado à contratada subcontratar os serviços a serem executados no objeto deste pregão.

**14.5.** Fazem parte integrante deste edital:

**Anexo I** – Minuta de Contrato Administrativo;

**Anexo II** – Modelo de declaração de que a empresa atende os requisitos de habilitação e não contém nenhum dos impedimentos previstos no artigo 9 da Lei Federal nº 8.666/1993;

**Anexo III** – Modelo de Termo de Credenciamento;

**Anexo IV** – Declaração de enquadramento da empresa participante em ME ou EPP;

**Anexo V** – Modelo de proposta de preços – pessoa jurídica;

**Anexo VI** – Modelo de declaração de que a empresa não foi declarada inidônea e não emprega menor de 18 anos;

**ANEXO VII –** Modelo de relatório mensal;

**ANEXO VIII –** Termo de referência;

**14.6.** Informações e esclarecimentos serão prestados aos interessados no horário das 7h45min até às 11h45min e das 13h30min até às 17h30min, de segunda à sexta-feira, no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Ibiraiaras, sita a Rua João Stella, nº 55, na cidade de Ibiraiaras, ou pelo telefone (54) 3355-1122, ou por e-mail: [licitacoes@pmibiraiaras.com.br](mailto:licitacoes@pmibiraiaras.com.br).

*Município de Ibiraiaras/RS, 03 de fevereiro de 2022.*

**DOUGLAS ROSSONI**

*Prefeito Municipal*

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022**

# ANEXO I - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º xx/2022**

O **MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n° 87.613.584/0001-59, com sede física na Rua João Stella, n.º 55, na cidade de Ibiraiaras/RS, representado pelo Prefeito Municipal, doravante denominado de **CONTRATANTE,** e de outro lado, a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/CPF sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, n.º xxx, representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxxxx, abaixo assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, como justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA –** OCONTRATANTE contrata os serviços da CONTRATADA para a prestação de serviços de:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Quant.** | **Un.** | **Objeto** | **Valor mensal** | **Valor total anual** |
| **01** |  |  |  |  |  |
| **VALOR TOTAL ANUAL:** | | | | |  |

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Pela prestação dos serviços referido na cláusula primeira do presente contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor mensal de**:** R$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

Parágrafo primeiro - Os dias e horários em que se dará a prestação dos serviços, objeto desta licitação, serão definidos pelo Município, conforme demanda e agendamento.

Parágrafo segundo – O Município poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões na quantidade estimada, considerando o limite do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Parágrafo terceiro – A contratada deverá disponibilizar pessoal, equipamento e transporte de acordo com a necessidade da Administração Municipal, em dias úteis, finais de semana, nos dias de eventos oficiais do Município, até o encerramento das atividades para a coleta do material informativo, sempre de acordo com a solicitação da Administração Municipal.

Parágrafo quarto - Cabe a Contratada apresentar profissional substituto no caso de eventual impossibilidade do designado se fazer presente nas datas e horários estabelecidos no cronograma fixado pelo Município, independentemente do motivo, para que os eventos não fiquem sem cobertura.

Parágrafo quinto - A contratada deverá ter disponibilidade de uma unidade móvel para o cumprimento das capturas de imagens e reportagens externas à estrutura da Administração Municipal, devendo estar pronta para prestar o serviço, dentro ou fora do perímetro urbano, sem limite de quilometragem e sempre que for solicitado.

Parágrafo sexto - As despesas com alimentação, estadia, transporte e qualquer outra despesa necessária para execução do objeto correm por conta da Contratada.

Parágrafo sétimo - Caso o profissional indicado pela Contratada se mostre insatisfatório ou haja incompatibilidade que permita o prosseguimento da prestação do serviço, caberá a Contratada apresentar substituto que atenda as exigências desta contratação.

Parágrafo oitavo - Toda a criação realizada para a execução do objeto desta licitação passará a pertencer ao Município de Ibiraiaras, não tendo a contratada ou o prestador de serviço qualquer direito autoral.

Parágrafo nono - A reprodução do trabalho criado fica ao exclusivo critério do Município de Ibiraiaras.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O pagamento será efetuado de forma mensal, após apresentação da nota fiscal de prestação de serviços, devendo ser até o último dia do mês de competência, e o pagamento deverá ser efetuado até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, respeitando sempre os valores contratados e mediante a apresentação do relatório constante no anexo VII do edital.

Parágrafo Primeiro – O pagamento será realizado na seguinte conta corrente da **Contratada:**

**Agência Banco**

**Conta corrente**

Parágrafo Segundo – Caso a Contratada designe empregado para executar os serviços contratados, os pagamentos somente serão realizados após a comprovação do recolhimento das contribuições sociais devidas e dos direitos dos funcionários, iniciando-se esta conferência a partir do segundo mês da prestação dos serviços, com conferência do período antecedente.

**CLÁUSULA QUARTA** – O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogados nos termos da legislação vigente e caso haja interesse das partes ora contratantes.

Parágrafo primeiro – Caso o presente contrato seja prorrogado, de forma que sua vigência ultrapasse a 12 (doze) meses, o valor proposto será reajustado pelo IPCA-E/IBGE ou IGP-M/FGV, o índice que estiver menor no acumulado deste mesmo período.

Parágrafo segundo – Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser requerido pela contratada acompanhado de documentos que comprovem o desequilíbrio contratual.

**CLÁUSULA QUINTA** – É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços constantes neste contrato administrativo.

**CLÁUSULA SEXTA** – A **Contratada** que não satisfazer os compromissos assumidos, serão aplicadas as seguintes penalidades:

**a)** A CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 20% (vinte por cento), sobre o valor total adjudicado no caso de **apresentação de documento ou declaração falsa** para fins de habilitação no presente processo licitatório. No presente caso, a contratação será rescindida e será aplicada a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo de 03 (três) anos.

**b)** Advertência – Sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta, para as quais tenha concorrido a contratada desde que ao caso não se apliquem as demais penalidades.

**c)** A recusa pelo fornecedor em atender ao objeto adjudicado e **se recusar a assinar o contrato administrativo** acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, e suspensão temporária de participação em licitação e até o impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

**d)** O não cumprimento dentro do prazo fixado pelo município nos casos em que deva refazer os serviços devidoa **vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, e em caso de atraso** dos serviços contratados, a CONTRATADA ficará sujeita a multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total da parcela em atraso ou do que está incorreto.

**e)** A **inexecução do contrato administrativo** acarretará na rescisão do contrato e multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor inadimplido do Contrato Administrativo, e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos, neste último caso a depender da gravidade da conduta.

Parágrafo primeiro -Na aplicação das penalidades previstas no edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo segundo -As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

Parágrafo terceiro -Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Parágrafo quarto -Após o andamento do devido procedimento administrativo para aplicação de penalidades, poderá haver compensação de valores, realizando o desconto das multas aplicadas no pagamento pendente da empresa penalizada.

**CLÁUSULA SÉTIMA –** As despesas decorrentes do presente contrato administrativo serão cobertas por conta da seguinte dotação orçamentária:

|  |  |
| --- | --- |
| Órgão: | 03 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento. |
| Unid. Orçamentária: | 03.01 – Secretaria geral. |
| Projeto/Atividade: | 2.003 – Manutenção da secretaria de administração e planejamento. |
| Rubrica: | 3.3.90.39.05.00.00 Serviços técnicos profissionais |
| Fonte: | 1 – Recurso livre |
| Despesa: | 569 |

**CLÁUSULA OITAVA –** A **CONTRATADA** assume a obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA NONA –** A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração constantes no art. 77 e seguintes da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA –** Constitui motivo para rescisão do contrato, a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93 e alterações.

Parágrafo único – A rescisão se dará na forma especificada no art. 79, aplicadas as consequências fixadas no art. 80 da Lei, ambos artigos da Lei 8.666/93 e alterações, sempre assegurada a ampla defesa, porém com faculdade a administração de agir preventiva e imediatamente, inclusive com suspensão dos serviços, quando o interesse público recomendar.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –** A **CONTRATADA** signatária fica expressamente vinculada aos termos da proposta da licitante vencedora.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA –** A **CONTRATANTE** poderá descontar das parcelas vincendas o valor equivalente à multa que tenha incidido a **CONTRATADA** por descumprimento ao que fora pactuado, bem como qualquer tributo incidente.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA –** A contratada fica responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que, eventualmente, venha a causar ao contratante, bens, propriedades, ou a terceiros, em decorrência da execução do serviço, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para o contratante, o ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA –** A contratada assumirá inteira responsabilidade por todos os prejuízos que venha dolosa ou culposamente prejudicar o Município, quando da execução dos serviços.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –** Constituem obrigações das partes todas as regras constantes no edital de pregão presencial n.º 05/2022 e na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA –** Ficam nomeados os seguintes servidores para exercerem a fiscalização da execução contratual:

**a)** XXXXXXXX, para exercer a função de Gestor do Contrato Administrativo;

**b)** XXXXXXXX,para exercer a função deFiscal do Contrato Administrativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA –** Quando houver substituição dos profissionais, a CONTRATADA deverá apresentar previamente todos os documentos de qualificação técnica exigidos no edital e demonstrar o vínculo de emprego, caso o profissional não seja integrante do quadro social.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA –** As partes elegem o Foro da Comarca de Lagoa Vermelha – RS para dirimir qualquer conflito oriundo do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

*Assim, após lido na presença do Contratante e Contratada, assinaram o presente instrumento contratual, em três vias, para que melhor forma em direito admitida, produza seus jurídicos e legais efeitos para si e seus sucessores.*

*Município de Ibiraiaras/RS, em xx de xxxxxxxxxx de 2022.*

|  |  |
| --- | --- |
| **MUNICÍPIO DE IBIRAIARAS/RS**  **DOUGLAS ROSSONI**  *Contratante* | **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**  *Contratada* |
| **xxxxxxxxxx**  Gestor | **xxxxxxxxxxx**  Fiscal |

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022**

# ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA ATENDE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E NÃO CONTÉM NENHUM DOS IMPEDIMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 9 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993;

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n° xxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxx, n. xxx, no município de xxxxxxxxxxxxxx, representada neste ato por seu (sua) representante legal, Sr. (Sra) xxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF sob o n.º xxxxxxxxxxxx e RG sob o n.º xxxxxxxxxxxxx, residente na xxxxxxxxxxxxx, n.xxx, no município de xxxxxxxxxxxxxxx, declara, sob as penas da lei, que:

**a)** Atende plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos para participar do Pregão Presencial;

**b)** Não possui nenhum dos impedimentos previstos no artigo 9 da Lei Federal nº 8.666/1993 para participar do presente processo licitatório.

Município de Ibiraiaras/RS, em xx de xxxxxxxxxx de 2022.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022**

# ANEXO III - MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

A (nome da empresa) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(s) (diretores ou sócios, com qualificação completa – nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui, seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço),a quem confere(m) amplos poderes para junto praticar os atos necessários para representar a outorgante na licitação na modalidade de pregão presencial n.º 05/2022 (ou de forma genérica para licitações em geral), usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar **lances verbais**, negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar compromissos ou acordos, assinar ata de registro de preços e contratos administrativos, receber e dar quitação, podendo ainda, substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso, e, em especial, para (se for o caso) de apenas uma licitação.

Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, de 2022.

**Firma Reconhecida**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante Legal

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022**

# ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME, EPP OU MEI.

Ao

Município de Ibiraiaras/RS

Comissão Permanente de Licitação

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.° \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, n.\_\_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representada neste ato por seu (sua) representante legal, Sr. (Sra)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e RG sob o n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, n.\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*[microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual]*, estando apto(a) a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [art. 42](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm#art42) ao art. 49 da Lei Complementar n~~º~~ 123, de 2006; sendo de responsabilidade da *empresa* solicitar seu desenquadramento quando houver ultrapassado os limites de faturamento no ano do calendário anterior, sob pena de ser declarado inidôneo, sem prejuízo de outras penalidades, caso usufrua (ou tente usufruir) indevidamente os benefícios.

Município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, de 2022.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do representante legal

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do contador (CRC)

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022**

# ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

|  |  |
| --- | --- |
| **Empresa:** | |
| **CNPJ:** | **Inscrição Estadual:** |
| **Endereço:** | **n.º:** |
| **Cidade:** | **Estado:** |
| **CEP:** |  |
| **Telefone:** | **E-mail:** |
| **Banco:** | **Agência:** |
| **Número da conta:** |  |
|  |  |
| **Representante legal:** | |
| **CPF:** | **RG:** |
| **Endereço:** | **n.º:** |
| **Cidade:** | **Estado:** |
| **CEP:** |  |
| **Telefone:** | **E-mail:** |

Ao Município de Ibiraiaras

Vimos através desta apresentar proposta comercial referente ao processo licitatório n.º 17/2022 – pregão presencial n.º 05/2022, cujo objeto é a contratação pessoa jurídica para prestação de serviços de assessoria ao setor de imprensa e comunicação do município constantes abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Quantidade estimada** | **Unid.** | **Objeto** | **Valor unitário** | **Valor total anual estimado.** |
| **01** | 12 | Mês | Prestação de serviços de comunicação digital, com produção de conteúdo multiplataformas (releases, matérias, vídeos, cards, redes sociais, canal televisivo).  1. Produção, criação e divulgação de materiais audiovisuais, bem como a manutenção, monitoramento e análise das redes sociais, compreendendo todo o conjunto das atividades realizadas de forma integrada e que possibilitem a mensuração dos resultados obtidos pela divulgação dos conteúdos e deem suporte para o planejamento de ações estratégicas de divulgação dos trabalhos administrativos e das melhores práticas de execução das comunicações em ambientes digitais.  2. Produção, gravação e edição de reuniões, eventos, inaugurações, audiências públicas e todos os eventos de interesse da Administração Municipal, conforme demanda e agendamento.  2.1. Disponibilidade de equipe e equipamentos de reportagem para a cobertura total dos eventos da Administração Municipal e seus setores.  2.2. O conteúdo das reportagens deverá ser disponibilizado em tecnologia e qualidade HD, com sistema operacional compatível para exibição no mesmo dia, ou, a conveniência da Administração em suas redes multimídias;  3. Disponibilidade de pessoal, equipamento e transporte de acordo com a necessidade da Administração Municipal, em dias úteis, finais de semana, nos dias de eventos oficiais do Município até o encerramento das atividades, para a coleta do material informativo, sempre de acordo com a solicitação da Administração Municipal.  4. Produção, apresentação, gravação, edição de entrevistas e documentários com temas direcionados para a saúde, educação, segurança, cultura ou demais temas relacionados a Administração Municipal e variedades, sem limite de tempo ou quantidade, materializados no estúdio (prédios públicos ou locações), externos, ou ainda de maneira digital ou on-line, dentro do perímetro urbano ou rural, do ambiente virtual, com temas relevantes para a sociedade, com o objetivo de complementar e enriquecer a grade de divulgações das ações municipais e/ou, como forma de divulgação do município;  5. Criação, produção e divulgação de conteúdos audiovisuais para difusão em multiplataforma, ou seja, canal de TV, Youtube, Facebook e Instagram. Deverão ser desenvolvidos cards, vídeos, releases que serão direcionados aos órgãos de imprensa, para informar toda a comunidade sobre as ações do Executivo Municipal, contemplando os seguintes aspectos:  5.1. Produção de matérias e releases para encaminhamento aos veículos de comunicação da  cidade e região;  5.2. Criação de cards institucionais de rápida divulgação, de acordo com a necessidade dos conteúdos a serem divulgados diariamente, como complemento da informação, ou casos de urgência/emergência;  5.3. Criação de vídeos institucionais, conforme a demanda gerada pela Administração para a difusão dos trabalhos e ações do Executivo Municipal;  5.4. Produção de materiais audiovisuais sobre os trabalhos realizados pelos setores da Administração Municipal para divulgação nas redes sociais e imprensa;  5.5. Criação de peças gráficas para complementar as divulgações, desenvolver e acompanhar a produção de materiais gráficos solicitados pela Administração Municipal;  **(Observar demais informações constantes no termo de referência anexo VIII).** |  |  |
| **Valor total anual:** | | | | |  |

**Planilhas de composição de custos**

**ITEM 01:**

**Cálculo A**

|  |  |
| --- | --- |
| Verba | Valor mensal |
| Salário: |  |
| Férias 1/3: |  |
| Gratificação natalina |  |
| Contribuições previdenciárias |  |
| FGTS |  |
| Custo mensal do profissional com todos os direitos trabalhistas e contribuições previdenciárias. |  |

**Cálculo B**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Custo | Porcentagem | Valor por hora |
| Custo mensal do profissional com todos os direitos trabalhistas e contribuições previdenciárias. |  |  |
| Laudos de segurança de trabalho. |  |  |
| Lucro. |  |  |
| Custos com possíveis rescisões - (aviso prévio/FGTS/multa). |  |  |
| Impostos. |  |  |
| **Total final:** |  |  |

**I -** O preço, acima mencionado, objeto desta licitação, expresso em moeda corrente nacional, estão incluídos os tributos e todos os custos de materiais, equipamentos e serviços necessários para a execução do objeto licitado.

**II -** O prazo de validade da proposta é de ........................ (não inferior a 60 dias) a contar da data aprazada para sua entrega.

**III -** Declaro-me, ainda, de acordo com todos os termos do edital em epígrafe, e respectivos anexos, obrigando-me a cumprir se vencedor for deste certame. Igualmente estou ciente de que quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, ensejará a desclassificação da proposta.

**IV –** Autorizo o envio de notificações e intimações para interposição de razões e contrarrazões recursais; assinatura de contrato administrativo; solicitação de entrega; notificações para apresentação de defesa e/ou esclarecimentos para o e-mail que consta nesta proposta, se assim entendido apropriado pela Administração.

**V –** No preço proposto estão inclusas todas as obrigações constantes no edital e na minuta do contrato, inclusive direitos trabalhistas, respectivos encargos sociais, tributos, contribuições, despesas com alimentação, transporte, hospedagem, e a participação nas ocasiões exigidas no edital.

*Município de xxxxxxxxxxxx, xx de xxxxxxxxxxx de 2022.*

*(Local e data)*

*\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_*

*(Carimbo e assinatura do responsável)*

*(Este Anexo deverá ser apresentado no Envelope Nº 01 – Proposta).*

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022**

# ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO FOI DECLARADA INIDÔNEA E NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS;

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob n.° xxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxx, n. xxx, no município de xxxxxxxxxxxxxx, representada neste ato por seu (sua) representante legal, Sr. (Sra) xxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CPF sob o n.º xxxxxxxxxxxx e RG sob o n.º xxxxxxxxxxxxx, residente na xxxxxxxxxxxxx, n.xxx, no município de xxxxxxxxxxxxxxx, declara, sob as penas da lei, que:

**a)** Não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública; e, nem está proibida de contratar por si ou seus diretores;

**b)** Não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n. º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

Município de Ibiraiaras/RS, em xx de xxxxxxxxxx de 2022.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022**

# ANEXO VII – MODELO DE RELATÓRIO MENSAL

Nome/Razão social:

Mês de Competência:

Ano:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Nome do profissional | Tarefa realizada | Conteúdo produzido | Material divulgado | Assinatura do profissional |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |

Declaro, sob as penas da lei e das penalidades previstas no edital citado acima, que as informações contidas neste relatório de atividades são verdadeiras e autênticas.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades pelas informações aqui prestadas, firmo o presente.

Ibiraiaras, xx de xxxxxxxx de 2022.

Assinatura do Representante legal da empresa

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 17/2022**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2022**

# ANEXO VIII – TERMO DE REFERÊNCIA

Constitui objeto do presente, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de comunicação digital, com produção de conteúdo multiplataformas (releases, matérias, vídeos, cards, redes sociais, canal televisivo).

O objetivo desta contratação é dar amplitude aos trabalhos de divulgação oficial do Poder Executivo Municipal, adequando a produção de conteúdo para os canais digitais disponíveis, com o intuito de dar transparência às atividades administrativas desenvolvidas pela Administração Municipal.

As redes sociais e canais digitais são veículos modernos e rápidos de troca de informações, sendo uma via de mão dupla entre a sociedade e a Administração, uma vez que, possibilita receber da comunidade de forma ágil e instantânea o feedback pelos conteúdos publicados.

Os serviços descritos no objeto, compreendem:

**1.** Prestação de serviços de captura, produção, criação e divulgação de materiais audiovisuais, bem como a manutenção, monitoramento e análise das redes sociais, compreendendo todo o conjunto das atividades realizadas de forma integrada e que possibilitem a mensuração dos resultados obtidos pela divulgação dos conteúdos e deem suporte para o planejamento de ações estratégicas de divulgação dos trabalhos administrativos e das melhores práticas de execução das comunicações em ambientes digitais.

**2.** Produção, gravação e edição de reuniões, eventos, inaugurações, audiências públicas e todos os eventos de interesse da Administração Municipal, conforme demanda e agendamento.

**2.1**. Disponibilidade de equipe e equipamentos de reportagem para a cobertura total dos eventos da Administração Municipal e seus setores;

**2.2**. O conteúdo das reportagens deverá ser disponibilizado em tecnologia e qualidade HD, com sistema operacional compatível para exibição no mesmo dia, ou, a conveniência da Administração, em suas redes multimídias;

**3.** Disponibilidade de pessoal, equipamento e transporte de acordo com a necessidade da Administração Municipal, em dias úteis, finais de semana, nos dias de eventos oficiais do Município até o encerramento das atividades, para a coleta do material informativo, sempre de acordo com a solicitação da Administração Municipal;

**4.** Produção, apresentação, gravação e edição de entrevistas e documentários com temas direcionados para a saúde, educação, segurança, cultura, ou demais temas relacionados a Administração municipal e variedades, sem limite de tempo ou quantidade, materializados no estúdio (prédios públicos ou locações), externos, ou ainda de maneira digital ou on-line, dentro do perímetro urbano ou rural, do ambiente virtual, com temas relevantes para a sociedade, com o objetivo de complementar e enriquecer a grade de divulgações das ações municipais e/ou, como forma de divulgação do município;

**5.** Criação, produção e divulgação de conteúdos audiovisuais para difusão em multiplataforma, ou seja, canal televisivo, Youtube, Facebook, Instagram, entre outros. Deverão ser desenvolvidos cards, vídeos, releases que serão direcionados aos órgãos de imprensa, para informar toda a comunidade sobre as ações do Executivo Municipal, contemplando os seguintes aspectos:

**5.1.** Produção de matérias e releases para encaminhamento aos veículos de comunicação do Município e região;

**5.2.** Criação de cards institucionais de rápida divulgação, de acordo com a necessidade dos conteúdos a serem divulgados diariamente, como complemento da informação, ou casos de urgência/emergência;

**5.3.** Criação de vídeos institucionais, conforme a demanda gerada pela Administração para a difusão dos trabalhos e ações do Executivo Municipal;

**5.4.** Produção de materiais audiovisuais sobre os trabalhos realizados pelos setores da Administração Municipal para divulgação nas redes sociais e imprensa;

**5.5.** Criação de peças gráficas para complementar as divulgações, desenvolver e acompanhar a produção de materiais gráficos solicitados pela Administração Municipal;

**5.6.** Todos os conteúdos produzidos, bem como os materiais divulgados deverão ser listados em relatório mensal que especifique as tarefas realizadas durante o período e que possibilite a análise da efetividade do uso das ferramentas digitais para as comunicações oficiais da Administração Municipal.

**6.** Disponibilizar uma unidade móvel para o cumprimento das capturas de imagens e reportagens externas à estrutura da Administração municipal, devendo estar pronta para prestar o serviço, dentro ou fora do perímetro urbano, sem limite de quilometragem e sempre que for solicitado.

O **valor mensal máximo** a ser pago pela prestação dos serviços será de **R$ 8.338,67** (oito mil, trezentos e trinta e oito reais e sessenta e sete centavos, totalizando no final de 12 (doze) meses o valor máximo de **R$ 100.064,04** (cem mil, sessenta e quatro reais e quatro centavos).

Município de Ibiraiaras, 03 de fevereiro de 2022.

**JOSIANE PERINOTTO**

Secretária Municipal de Administração e Planejamento